



RELATÓRIO VALORES EM CRISE SEGUNDA ONDA 2021

Apresentação

O presente relatório faz parte do Projeto Valores em Crise, idealizado por pesquisadores da World Values Survey Association e aplicado no Brasil pelo Instituto Sivis em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP.

Com este projeto, objetiva-se verificar se a pandemia está influenciando ou não um processo de mudança cultural no país a partir da transformação de valores sociais e políticos. Mais especificamente, nosso foco é, por um lado, entender como a cultura política brasileira pode estar sendo moldada pela crise atual, e, por outro, identificar as ameaças e as oportunidades propiciadas pela pandemia para o fortalecimento da democracia brasileira. Neste relatório, são apresentados os principais resultados decorrentes da aplicação da segunda onda do estudo, com enfoque voltado para as variáveis de cultura política e democracia. Os dados indicam que, embora em um primeiro momento a pandemia possa ter fomentado forças de capital social, ao que parece o contexto político altamente conturbado no país está minando qualquer oportunidade de se valer desta situação pandêmica para avançar nossa democracia.

Sumário Executivo

- Foram obtidas respostas de 1.929 indivíduos na Onda 2 da pesquisa Valores em Crise aplicada em janeiro e fevereiro de 2021, os quais também responderam à Onda 1 da pesquisa em maio e junho de 2020.
- Os indivíduos que permaneceram no painel na Onda 2 são desproporcionalmente mais velhos, mais escolarizados e de classes sociais mais altas em comparação com o agregado dos indivíduos da Onda 1 e a população brasileira como um todo.
- A proporção de respondentes que testaram positivo para a doença saltou de 1% na primeira onda para 8,4% na segunda, enquanto a proporção daqueles que possuem pessoas próximas que têm ou tiveram sintomas leves de Covid-19 passou de 25,3% para 59,1%.
- O percentual de indivíduos que vai ao trabalho do mesmo modo que antes da pandemia saltou de 19,2% para 30,4%, ao passo que a proporção de pessoas que está cuidando dos seus filhos durante o dia caiu de 32,3% para 27,7%.
- Houve um leve crescimento nos extremos da avaliação sobre o governo no enfrentamento da pandemia: o percentual de indivíduos que avalia o governo muito bem passou de 6,4% para 7,8%, enquanto o de indivíduos que o avalia muito mal foi de 35,8% para 38%.
- A proporção de respondentes que acredita que a maioria da população brasileira está se comportando de maneira muito inadequada durante a pandemia cresceu substancialmente entre as ondas: de 36% na primeira para 47,7% na segunda.

- Embora em um primeiro momento estivesse prevalecendo a percepção de maior solidariedade entre as pessoas durante a pandemia, houve uma queda considerável do percentual daqueles que veem mais solidariedade do que hostilidade entre as ondas: de 48,8% na primeira para 37,5% na segunda.
- A imensa maioria das pessoas não confia nas instituições ou em desconhecidos. Contudo, houve um leve aumento nas categorias de maior confiança institucional e interpessoal entre uma onda e outra, mostrando que parece haver uma tendência de crescimento da confiança nas pessoas e nas instituições no período.
- Embora a alternativa “Manter a ordem na nação” permaneça a mais indicada pelos respondentes como prioridade máxima para o país, ela experimentou uma queda substantiva entre as Ondas 1 e 2 (de 47,1% para 40,8%). Por outro lado, a alternativa “Combater a inflação” experimentou um aumento significativo (de 22,9% para 29,6%).
- Ocorreu uma queda no percentual de indivíduos que rejeitam a relativização da democracia em relação à primeira onda (de 19,5% para 16,8%). Simultaneamente, os que aceitam relativizar a democracia em alguma medida chegaram a mais de 80% da amostra, sendo que 1 em cada 4 respondentes concorda totalmente com a ideia de que é válido que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições para sanar uma crise.
- Houve uma queda na proporção de democratas formais de uma onda para outra (de 29,7% para 23,2%) com o respectivo crescimento dos democratas instrumentais. Isto significa que mesmo os indivíduos que se dizem democratas estão se tornando mais propensos a aceitar a quebra do regime em determinadas situações.

Introdução

O presente relatório apresenta os principais resultados da aplicação da Onda2 da Pesquisa Valores em Crise, realizada via painel online entre os meses de janeiro e fevereiro de 2021. Ao todo, foram obtidas respostas de 1.929 indivíduos que também responderam à Onda 1 da pesquisa em maio e junho de 2020. Uma vez que o número de entrevistas coletadas na primeira onda correspondeu a um total de 3.543 respostas, temos que a taxa de retenção de indivíduos no painel entre uma onda e outra ficou em cerca de 55%, o que é bastante razoável dado o longo intervalo de cerca de sete meses entre a aplicação das duas ondas.

Retomando brevemente a motivação e o desenho da pesquisa, este estudo se insere no âmbito de um consórcio internacional de cerca de 20 países, sob a liderança de membros da *World Values Survey Association* (notadamente de seu vice-presidente, Prof. Dr. Christian Welzel), com vistas a estudar longitudinalmente os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre os valores morais e a cultura política das pessoas. No Brasil, a organização responsável pela aplicação da pesquisa é o Instituto Sivis, que conta agora com a parceria do Prof. Dr. José Álvaro Moisés e do Grupo de Pesquisa sobre Qualidade da Democracia do IEA/USP, bem como com o apoio financeiro da Embaixada dos Países Baixos e do Instituto Votorantim.

A pesquisa parte da perspectiva de que as pessoas têm um senso intuitivo sobre o certo e o errado, de modo que esses valores morais determinam como elas julgam situações e outras pessoas e, portanto, como elas se comportam em diferentes contextos sociais. A distribuição agregada de valores em uma população, portanto, molda os padrões predominantes de comportamento humano (social e político) que, por sua vez, orientam o desenvolvimento geral de uma sociedade. Por todas essas razões, os valores morais são de relevância crítica para o bem-estar da sociedade e para a sustentabilidade da democracia.

A literatura especializada sustenta que os valores morais das pessoas tomam forma durante sua fase formativa de socialização, sendo que a maioria das pessoas a finaliza por volta dos 25 anos (Inglehart e Welzel, 2009 [2005]). Os valores morais que as pessoas internalizaram até então são considerados estáveis pelo resto da vida. Todavia, essa continuidade não exclui inteiramente ajustes momentâneos (como, por exemplo, na avaliação das pessoas acerca da relação entre liberdade versus segurança) em resposta a mudanças situacionais (Welzel, 2013). Via de regra, esses ajustes ocorrem, no entanto, em torno de pontos estáveis que perduram ao longo da vida das pessoas. Portanto, os estudiosos presumem que mudanças de valor substantivas em escala de massa só podem ocorrer através da substituição geracional, que é um processo lento e que ocorre em “ritmo glacial” (Tormos, 2020). Por outro lado, mudanças rápidas de valor exigiriam que muitas pessoas alterassem significativamente seus valores dentro de um curto espaço de tempo. As evidências disponíveis sugerem que isso não acontece em circunstâncias usuais.

Até o momento, há poucas evidências conclusivas para validar ou rejeitar a hipótese de que a “estabilidade glacial” dos valores que observamos rotineiramente em tempos normais persiste em tempos altamente incomuns, quando uma crise repentina de proporções maciças atinge uma sociedade inteira. Nesse sentido, a pandemia de Covid-19, que ainda está em andamento na maior parte do mundo, é sem dúvida a mais dramática crise social desde a Segunda Guerra Mundial. A pandemia é de escala global, progride em alta velocidade e restringe severamente o cotidiano de bilhões de pessoas em todo o mundo. Governos em dezenas de países impuseram limitações à mobilidade das pessoas, as quais se desligaram amplamente da vida pública.

Nesse cenário, a pandemia em andamento oferece uma oportunidade única – um experimento natural – para estudar como os valores morais das pessoas se comportam em tempos de crise. Diante da falta de evidências, não podemos dar como certo que a estabilidade dos valores observados em tempos normais continuaria durante a crise do Coronavírus. Essa incerteza abre novos territórios e levanta várias questões iminentes de pesquisa: a pandemia de Covid-19 afeta os valores pessoais? Em outras palavras, as pessoas mudam seus valores sob a marca desta crise? Se sim, qual o tamanho dessas mudanças? E se essas mudanças são enormes, em que direção elas se movem? Finalmente, quão duradouras são essas mudanças, quando o fim da crise está à vista e as suas consequências econômicas são superadas?

Hipóteses e metodologia

Informada por várias versões das teorias da insegurança existencial, uma hipótese óbvia postula que o surgimento repentino de ansiedades existenciais causa mudanças de valor em uma direção protetora entre aqueles que sentem essas ansiedades de maneira mais aguda. Essa mudança protetora de valores levaria as pessoas a dar maior ênfase à segurança, à ordem, à autoridade, à uniformidade e ao conformismo. Como resultado, a confiança em pessoas desconhecidas, a tolerância à pluralidade e sua solidariedade transcendente podem sofrer de maneiras que levem as pessoas a ceder aos apelos de líderes autoritários. Se perseverarem, as consequências de tais mudanças de mentalidade para o apoio público à democracia seriam terríveis.

Como hipótese alternativa, temos também que a percepção da pandemia não necessariamente se equipara à percepção de ameaças existenciais caracterizadas por hostilidades de grupo, como no caso de guerras ou terrorismo, quando um grupo ameaça a existência do outro. Ao contrário dessas ameaças específicas, as pandemias são inerentemente universais porque ameaçam a todos, independentemente de classe social, etnia e religião, embora indivíduos em estado de maior vulnerabilidade social tendam a sofrer mais (Silva e Mont’Alverne, 2020). Portanto, é uma especulação plausível que a própria universalidade inerente à ameaça da pandemia de Covid-19 fortaleça um senso generalizado de humanidade nas pessoas. Nesse caso, a confiança de fora do grupo, a tolerância à pluralidade e a solidariedade

transcendente podem aumentar e, portanto, diminuir o apelo de governos autoritários. Sendo assim, o apoio público à democracia não sofreria, mas, pelo contrário, se beneficiaria deste momento.

Como terceira hipótese, ambos os efeitos podem existir, mas afetariam diferentes grupos de pessoas que são separados por variáveis moderadoras, principalmente os traços de personalidade. Para dar um exemplo, as pessoas com uma pontuação alta em neuroticismo na estrutura de personalidade do BIG-5 podem experimentar uma mudança de valor particularmente poderosa em uma direção protetora e diminuir sua confiança fora do grupo, tolerância à pluralidade e solidariedade transcendente. Por outro lado, as pessoas que obtêm pontuação alta em abertura na estrutura de personalidade do BIG-5 podem experimentar uma mudança de valor na direção oposta à crise do Coronavírus e aumentar sua confiança fora do grupo, tolerância à pluralidade e solidariedade transcendente. Se as mentalidades de diferentes grupos da sociedade se moverem de fato em direções opostas, enfrentaremos uma maior polarização cultural, o que aumentaria o potencial de conflitos ideológicos perturbadores. As perspectivas para a salubridade da democracia seriam novamente sombrias nesse cenário.

Para investigar essas e outras possibilidades, implementamos um estudo de painel longitudinal a fim de examinar as mesmas pessoas nas diferentes etapas da pandemia de Coronavírus. O objetivo é descobrir como a percepção desses entrevistados sobre a crise se transforma ao longo do tempo e como essas mudanças de perspectiva afetam seus valores morais e orientações sociopolíticas. Os entrevistados foram retirados de uma amostra não-probabilística estratificada por cotas que representam as principais características sociodemográficas da população brasileira. Sob as restrições de contato atuais, dadas as políticas de isolamento social, o uso de painéis online foi a melhor opção para conduzir a pesquisa, embora estejamos cientes das limitações inerentes ao acesso à Internet por parte da população brasileira.

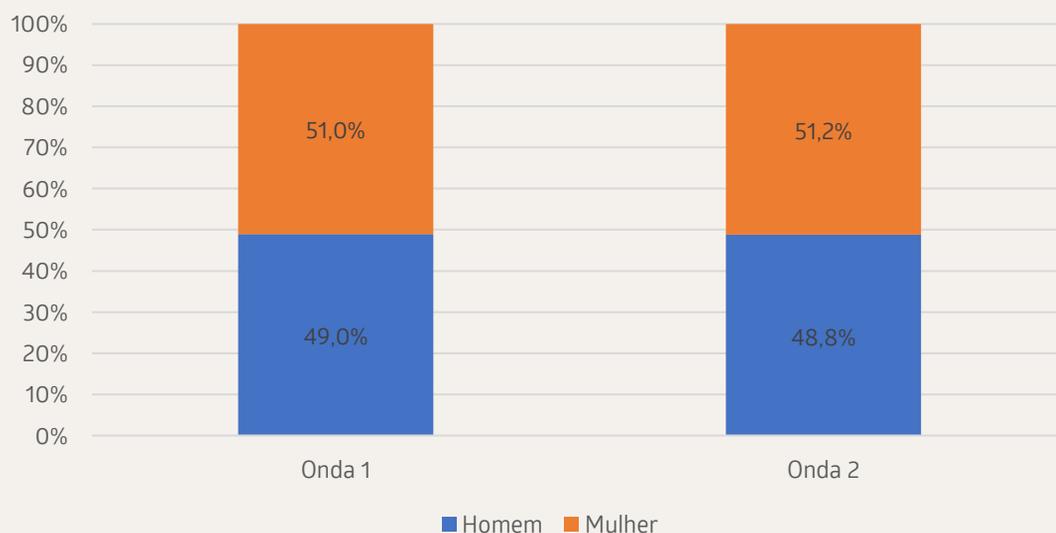
O planejamento da pesquisa compreende a aplicação de três ondas do painel programadas da seguinte forma: Onda 1 “No meio da crise” (aplicada em maio/junho de 2020, no primeiro pico da pandemia no país, quando medidas como quarentena e toque de recolher estavam começando a ser aplicadas com maior rigor), Onda 2 “Fim à vista” (aplicada em janeiro/fevereiro de 2021, quando a vacinação começa no país e em um momento em que a vida pública começa a voltar à normalidade, apesar de os casos de infecção e óbito ainda serem crescentes), Onda 3 “Após a recuperação” (com previsão de ser aplicada em agosto/setembro de 2021, quando se espera que a economia já esteja se recuperando da crise e os casos de infecção e óbito sejam significativamente menores). Esperamos obter pelo menos 1.000 respostas válidas na terceira onda, garantindo uma amostra substancial para extrair conclusões significativas.

Apresentação dos Resultados

Vamos começar a apresentação dos resultados com uma comparação entre os dados sociodemográficos do total de respondentes das duas ondas de pesquisa. Como comentado no início deste relatório, a primeira onda contou com 3.543 respondentes, os quais, a partir de uma amostragem por cotas, representavam os principais traços sociodemográficos da população brasileira. Na segunda onda foram obtidas respostas de 1.929 indivíduos, o que corresponde a uma taxa de retenção de 55% do painel. A partir dos resultados apresentados abaixo, podemos verificar em que medida houve uma distorção das características populacionais quando comparamos o total de respondentes das Ondas 1 e 2.

A começar pelo sexo dos respondentes, o Gráfico 1 mostra que as proporções de indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino são bastante parecidas nas duas ondas, de modo que esta característica sociodemográfica da população brasileira não sofreu distorções em decorrência da perda de respondentes de uma onda para outra.

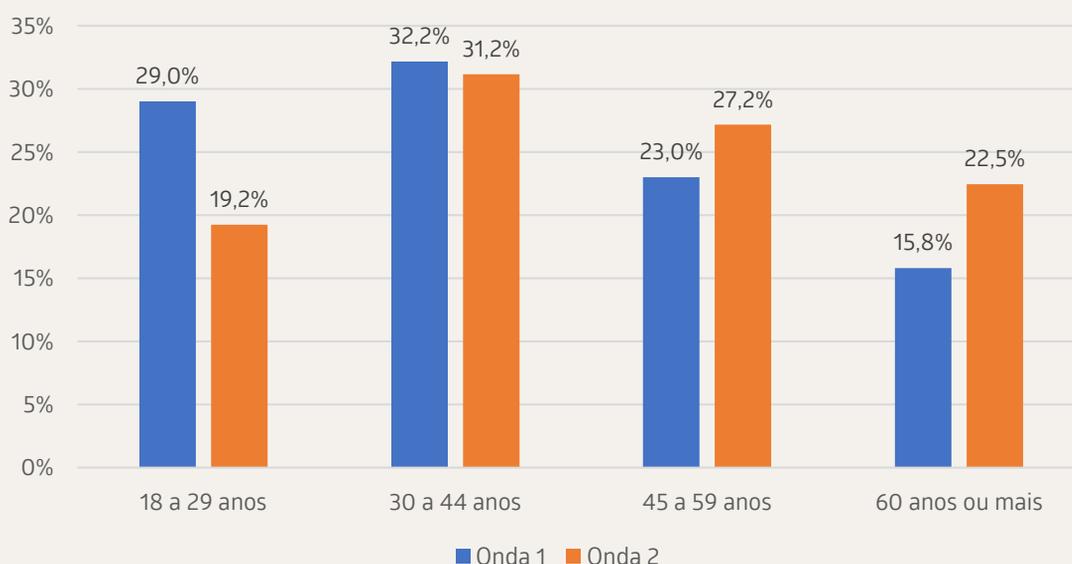
Gráfico 1 - Sexo dos respondentes



No que se refere à faixa etária dos respondentes, o Gráfico 2 demonstra que, neste caso, houve distorções significativas entre as ondas. Primeiramente, podemos observar que a proporção de indivíduos jovens (de 18 a 29 anos) cai de modo substantivo na segunda onda em relação à primeira (de 29% para 19,2%), ao passo que a proporção de indivíduos mais velhos (de 45 a 59 anos e de 60 anos ou mais) sobe significativamente (de 23% para 27% e de 15% para 22%, respectivamente). Deste modo, podemos concluir que, em termos etários, a retenção de respondentes em nosso painel ficou desbalanceada e não corresponde mais precisamente aos traços da população brasileira. Contudo, este não se trata de um problema em si, já que tal tipo de distorção é em certa medida até esperado nos estudos de painel. Além do que, pela própria natureza longitudinal da pesquisa, o maior interesse se encontra sobre a análise dos indivíduos ao longo do tempo, e não sobre a manutenção estática

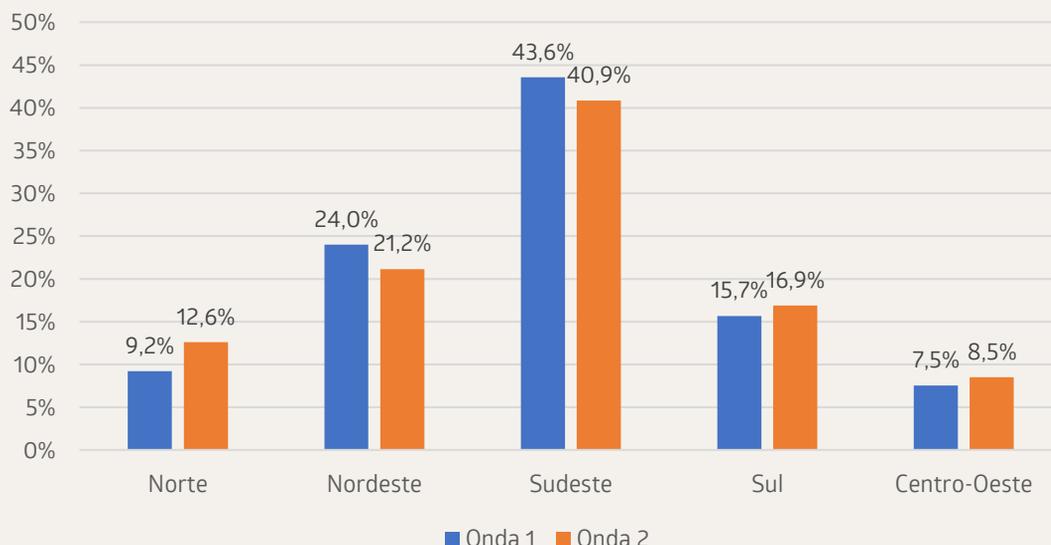
das suas características sociodemográficas. Em outras palavras, estaremos mais interessados em olhar os indivíduos da Onda 2 em comparação às suas respostas fornecidas na Onda 1. Caso houvesse o interesse em olhar para esse grupo isoladamente, seria possível utilizar técnicas estatísticas de pós-estratificação para corrigir as proporções a partir de pesos correspondentes às características populacionais, mas este não é o foco da nossa pesquisa.

Gráfico 2 - Faixa etária dos respondentes



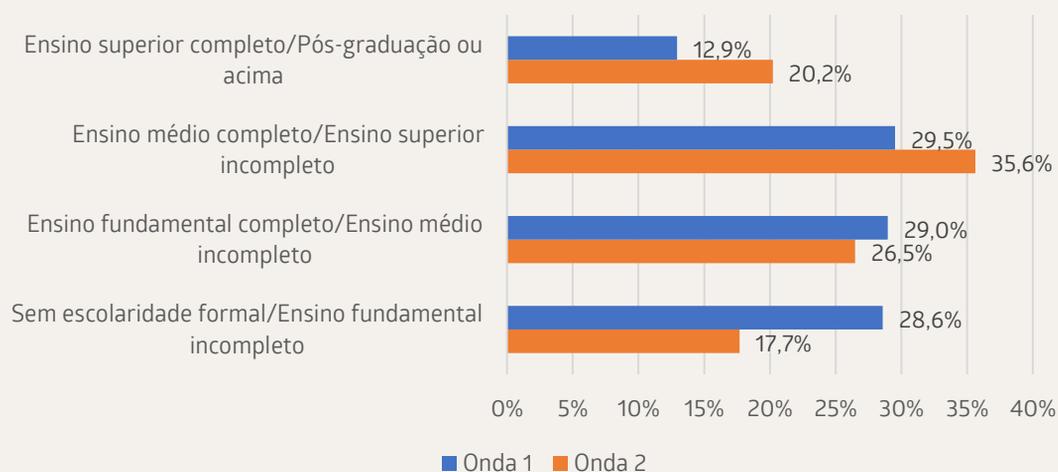
Em termos regionais, o Gráfico 3 mostra que a distribuição dos respondentes nas cinco macrorregiões do país foi em grande medida preservada entre a primeira e a segunda onda. Há uma certa queda das proporções de respondentes nas regiões Nordeste e Sudeste, bem como correspondente crescimento nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, mas trata-se de variações de poucos pontos percentuais.

Gráfico 3 - Região dos respondentes



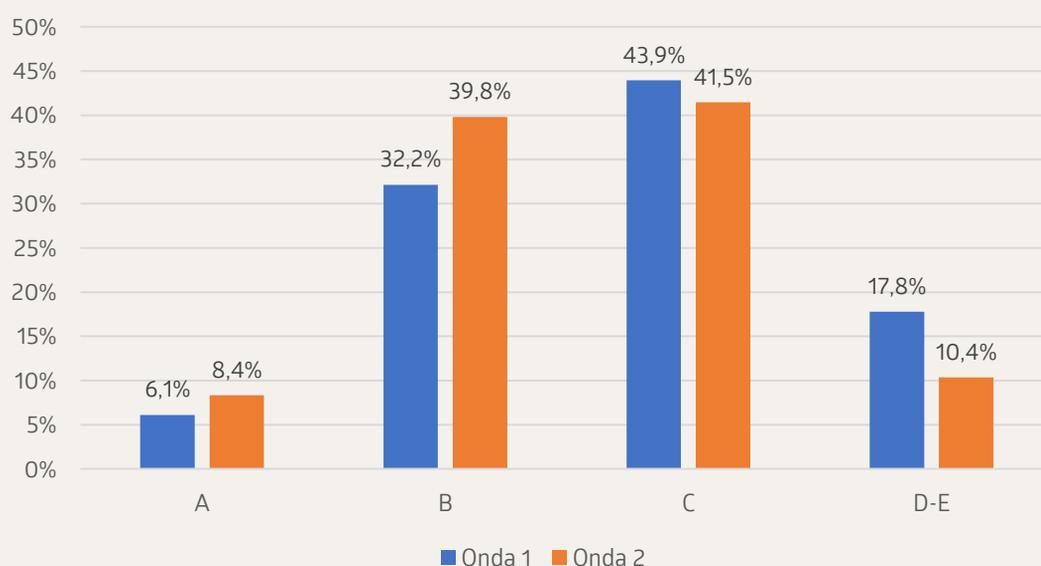
Considerando a escolaridade dos respondentes, podemos observar pelo Gráfico 4 que também houve um desbalanceamento entre as ondas. Há um crescimento substantivo da proporção de indivíduos de alta escolaridade (quase 15 pontos percentuais se somados os dois estratos educacionais superiores) e uma correspondente queda da proporção de indivíduos menos escolarizados. Tal como no caso da variável etária, temos de ter, então, essa característica como ponto de observação, embora ela não tenha em si nenhum impacto negativo nas nossas análises.

Gráfico 4 - Escolaridade dos respondentes



Finalmente, no tocante à variável de classe social, o Gráfico 5 reproduz uma distorção parecida, como já era de se esperar, uma vez que as variáveis escolaridade e classe social tendem a caminhar juntas. Podemos observar neste gráfico um crescimento de cerca de 10 pontos percentuais na proporção de indivíduos das classes A e B entre a primeira e a segunda onda da pesquisa, bem como a correspondente queda na proporção de indivíduos das classes C e D-E. Devemos, então, ter como ponto de observação que os indivíduos que permaneceram no nosso painel são desproporcionalmente mais velhos, mais escolarizados e de classes sociais mais altas em comparação com o agregado dos indivíduos da Onda 1 e com a população brasileira como um todo. Novamente, isso não deve ser objeto de preocupação em si, mas deve ser guardado como aspecto de atenção para eventuais análises posteriores.

Gráfico 5 - Classe social dos respondentes



Passaremos agora para a comparação dos resultados da pesquisa em si, que aborda experiências com a pandemia e possíveis impactos em valores, atitudes e comportamentos sociopolíticos dos indivíduos. Contudo, antes de fazer tais comparações, é preciso deixar claro que, a partir de agora, compararemos apenas os indivíduos que responderam às duas ondas; ou seja, os 1.929 indivíduos que responderam as Ondas 1 e 2, de modo a ter uma comparação adequada de um mesmo grupo de pessoas em dois momentos distintos. A fim de deixar isso claro, apresentamos na Tabela 1 a distribuição de respondentes por onda de pesquisa. Nesta tabela, podemos ver que, dos 3.543 indivíduos que participaram da primeira onda (Onda 1 – Total), 1.614 indivíduos abandonaram o painel e não participaram da segunda onda (Onda 1 – Perdidos) e 1.929 permaneceram no painel e participaram da segunda onda (Onda 1 – Retidos). Deste modo, o número de indivíduos nos grupos Onda 1 – Retidos e Onda 2 é igual por se tratar dos mesmos indivíduos em dois momentos distintos da pesquisa.

Passaremos agora para a comparação dos resultados da pesquisa em si, que aborda experiências com a pandemia e possíveis impactos em valores, atitudes e comportamentos sociopolíticos dos indivíduos. Contudo, antes de fazer tais comparações, é preciso deixar claro que, a partir de agora, compararemos apenas os indivíduos que responderam às duas ondas; ou seja, os 1.929 indivíduos que responderam as Ondas 1 e 2, de modo a ter uma comparação adequada de um mesmo grupo de pessoas em dois momentos distintos. A fim de deixar isso claro, apresentamos na Tabela 1 a distribuição de respondentes por onda de pesquisa. Nesta tabela, podemos ver que, dos 3.543 indivíduos que participaram da primeira onda (Onda 1 – Total), 1.614 indivíduos abandonaram o painel e não participaram da segunda onda (Onda 1 – Perdidos) e 1.929 permaneceram no painel e participaram da segunda onda (Onda 1 – Retidos). Deste modo, o número de indivíduos nos grupos Onda 1 – Retidos e Onda 2 é igual por se tratar dos mesmos indivíduos em dois momentos distintos da pesquisa.

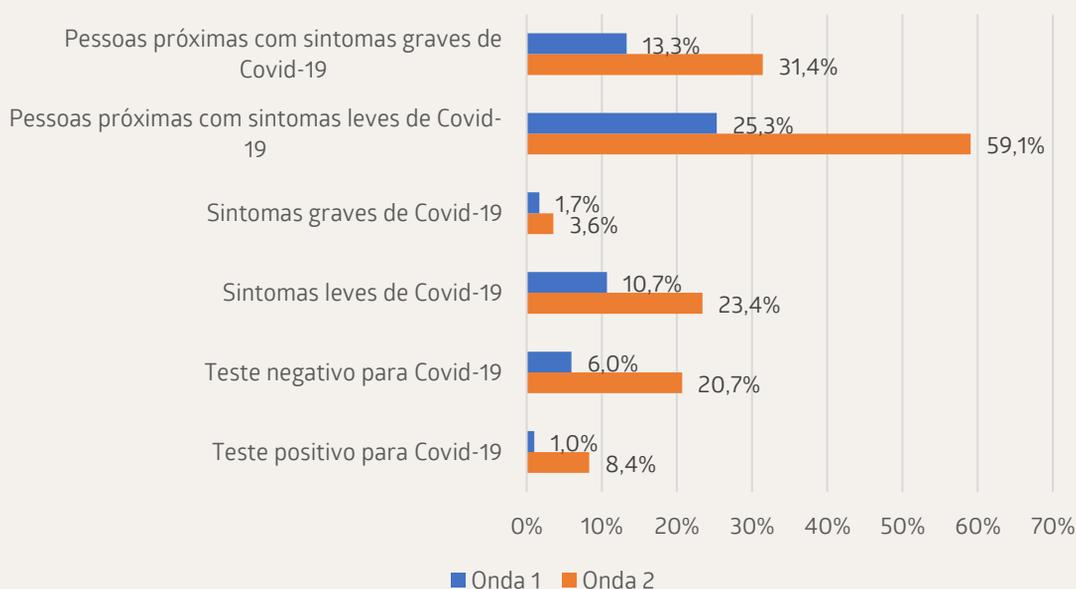
Sublinhamos estes dois grupos na tabela pois, daqui em diante, nossas comparações se darão entre eles e não mais entre os grupos Onda 1 – Total e Onda 2, tal como vinha sendo feito até então para fins de caracterização sociodemográfica, haja vista que nosso propósito agora é outro: num primeiro momento foi verificar as possíveis distorções das características demográficas devido ao abandono do painel por alguns indivíduos, e agora é verificar em que medida as experiências, valores, atitudes e comportamentos dos indivíduos variaram ao longo da pandemia, o que só é possível fazer observando um mesmo grupo de indivíduos ao longo do tempo.

Tabela 1 - Distribuição de respondentes por onda de pesquisa

Onda	Frequência	% em relação a Onda 1 - total
Onda 1 - Total	3.543	100%
Onda 1 - Perdidos	1.614	46,5%
<u>Onda 1 - Retidos</u>	<u>1.929</u>	<u>54,5%</u>
<u>Onda 2</u>	<u>1.929</u>	<u>54,5%</u>

Começando pelas experiências de saúde dos respondentes durante a pandemia do Coronavírus, o Gráfico 6 demonstra que, de fato, houve um crescimento substantivo da presença da Covid-19 na vida da população. Como podemos ver, a proporção daqueles que testaram positivo para a doença saltou de 1% na primeira onda para 8,4% na segunda, enquanto a proporção daqueles que possuem pessoas próximas que têm ou tiveram sintomas leves de Covid-19 passou de 25,3% para 59,1%. Ou seja, a difusão da pandemia, como esperado, não se reflete apenas nos dados epidemiológicos de infectados e óbitos, mas também na experiência cotidiana de grande parte da população brasileira.

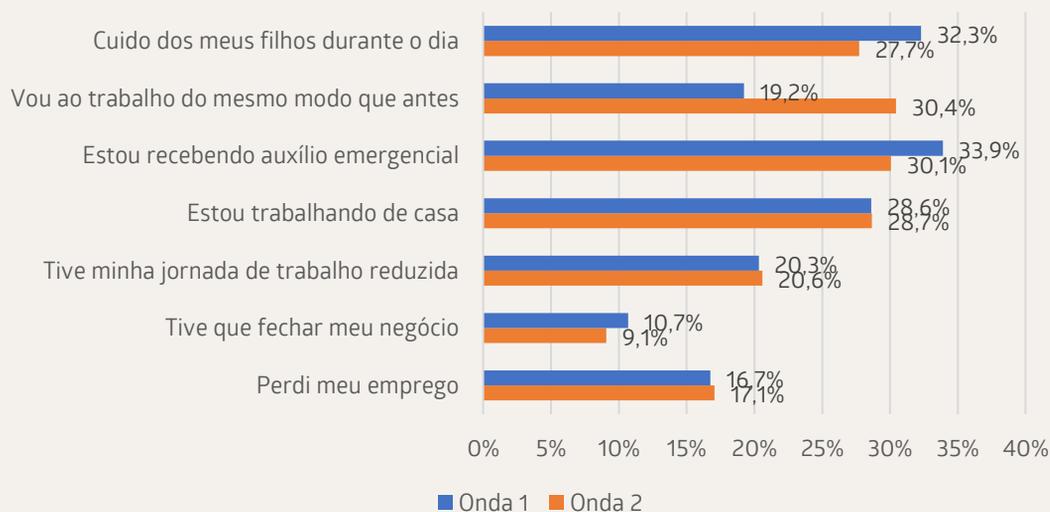
Gráfico 6 - Experiências de saúde na pandemia



O Gráfico 7 apresenta as experiências econômicas dos indivíduos durante a pandemia. Uma das características da pandemia é afetar não apenas a saúde das pessoas, mas também o mercado e as relações materiais na medida em que gera uma turbulência sobre a vida econômica ao dificultar ou paralisar várias atividades produtivas. Assim, é de se esperar que haja impactos econômicos substantivos decorrentes da pandemia, o que já tem sido observado pelos indicadores de recessão ou de baixo crescimento do PIB que vários países ao redor do mundo têm apresentado (OECD, 2020). No que se refere às experiências individuais dos brasileiros, o gráfico mostra que aparentemente houve uma estabilidade econômica entre as duas ondas e até mesmo uma recuperação em alguns pontos. Por exemplo, o percentual de indivíduos que vai ao trabalho do mesmo modo que antes da pandemia saltou de 19,2% para 30,4%, ao passo que a proporção de pessoas que está cuidando dos seus filhos durante o dia caiu de 32,3% para 27,7%.

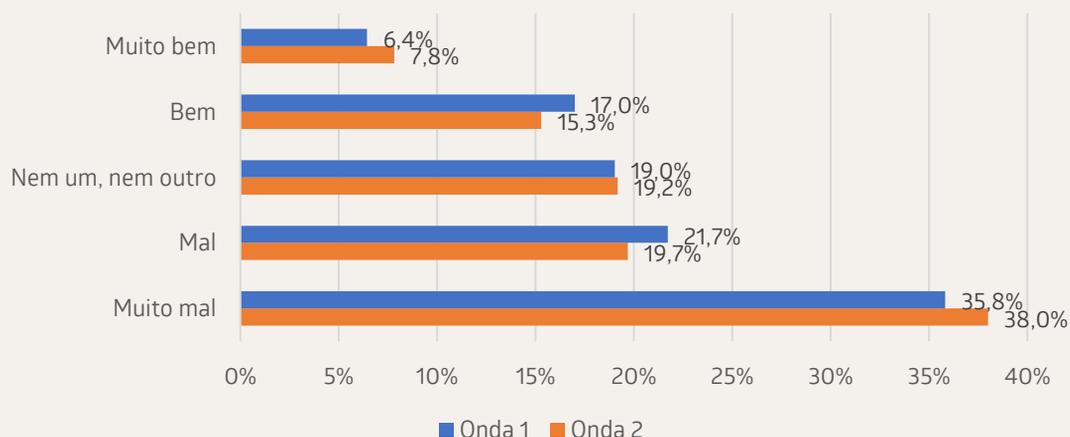
De certa maneira, esses resultados fazem sentido tendo em vista que o próprio momento previsto para aplicação da Onda 2 consiste em um cenário em que as adversidades socioeconômicas da pandemia sejam percebidas como menores pelos indivíduos, mesmo que os dados epidemiológicos em si ainda não tenham melhorado substancialmente (ou, como o caso brasileiro demonstra, podem estar até piorando), de modo que haja indícios de que a vida social começa a voltar à normalidade. Ainda assim, é importante lembrar a diminuta retenção de pessoas de classes sociais mais baixas e de menor escolaridade no nosso painel, de modo que a realidade destas pessoas, as quais são as que mais sofrem com a pandemia, não está sendo contemplada por estes dados.

Gráfico 7 - Experiências econômicas na pandemia



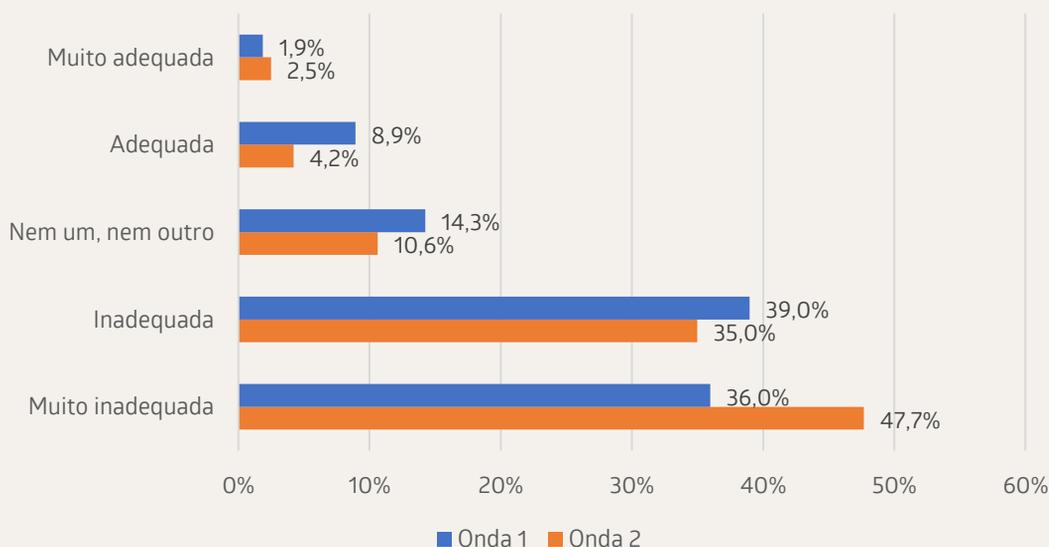
Passando agora para os dados quanto à avaliação dos indivíduos sobre quão bem ou mal o governo brasileiro está enfrentando a crise do Coronavírus, o Gráfico 8 aponta que houve um leve crescimento nos extremos da avaliação, seja ela positiva ou negativa. O percentual de indivíduos que avalia o governo muito bem passou de 6,4% para 7,8%, enquanto o de indivíduos que o avalia muito mal foi de 35,8% para 38%. Ainda que seja evidente que a proporção da população que avalia o governo negativamente é significativamente maior, não deixa de ser interessante que tenha havido um crescimento nos extremos da avaliação entre a primeira e a segunda onda. Tal resultado pode ser indicativo de uma certa polarização na sociedade brasileira, que tende a preferir posições extremadas ao invés de julgamentos mais nuançados.

Gráfico 8 - Avaliação do desempenho do governo na pandemia



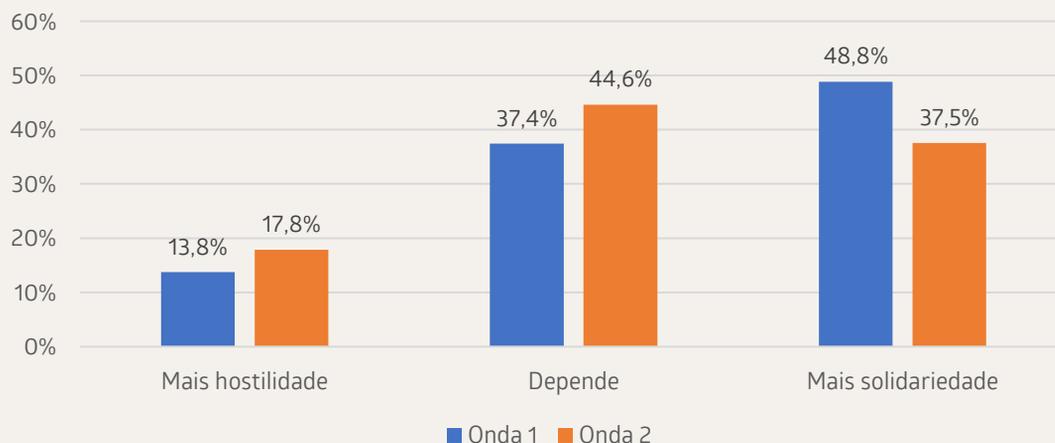
O Gráfico 9, por sua vez, apresenta os resultados avaliativos sobre em que medida a maioria das pessoas está se comportando de maneira adequada ou inadequada no contexto da pandemia. A proporção de respondentes que acredita que a maioria está se comportando de maneira muito inadequada cresceu substancialmente entre as ondas: de 36% na primeira para 47,7% na segunda. Se somarmos aqueles que na Onda 2 avaliam que a maioria se comporta de maneira inadequada e muito inadequada, temos que mais de 80% das pessoas avalia negativamente o comportamento da população durante a pandemia. Estes dados parecem ser reflexo da baixa adesão que a população brasileira tem tido em relação às medidas de contenção e prevenção da pandemia, algo que ficou em evidência sobretudo durante as festas de fim de ano.

Gráfico 9 - Avaliação do comportamento da população na pandemia



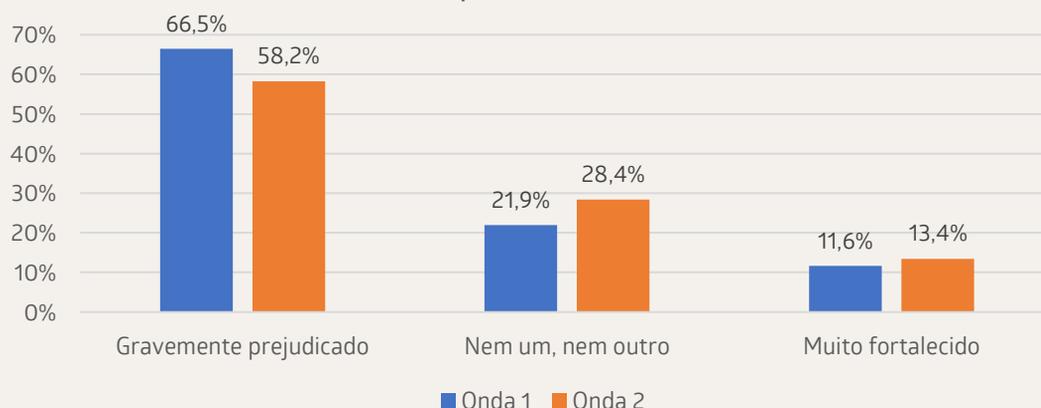
Outro modo de olhar para a situação da vida social em meio à pandemia é através da percepção sobre a prevalência da hostilidade ou da solidariedade. Em épocas de crise, é comum que esses dois comportamentos sociais emergjam com mais força numa determinada população, pois as dificuldades servem como combustível tanto para catalisar forças de coesão (solidariedade) quanto para nutrir sentimentos de divisão (hostilidade). O Gráfico 10 mostra que, embora em um primeiro momento estivesse prevalecendo a percepção de maior solidariedade entre as pessoas, houve uma queda considerável do percentual daqueles que veem mais solidariedade do que hostilidade entre a primeira e a segunda onda: de 48,8% para 37,5%. Ademais, houve também um consequente aumento daqueles que observam mais hostilidade e daqueles que não enxergam a prevalência de nenhuma delas. Ainda assim, a proporção daqueles que percebem mais solidariedade continua sendo maior do que aqueles que percebem mais hostilidade, embora o maior grupo agora seja o daqueles que diz que depende, isto é, que nenhuma prevalece sobre a outra (46,6%).

Gráfico 10 - Percepção de hostilidade vs. solidariedade na pandemia



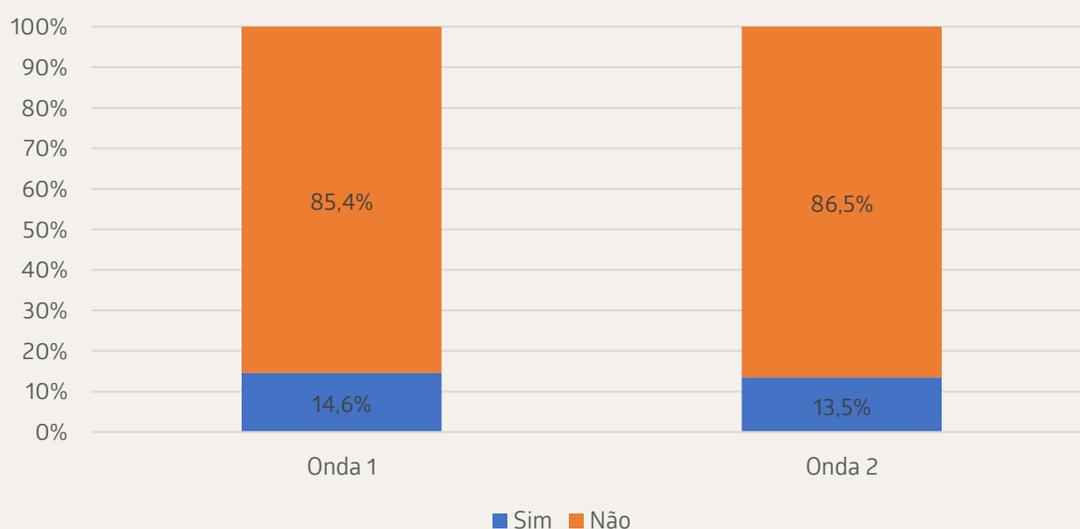
No que tange à avaliação sobre como o país sairá após o término da pandemia, o Gráfico 11 mostra uma diminuição da proporção daqueles que acreditam que o país sairá gravemente prejudicado (de 66,5% para 58,2%) e um leve aumento daqueles que acreditam que sairá muito fortalecido (de 11,6% para 13,4%). Todavia, o grupo que mais cresceu entre as duas ondas foi o daqueles que diz “nem um, nem outro”, ou seja, aqueles que acreditam que haverá tanto aspectos positivos quanto negativos a serem derivados desta crise e nenhum se sobressairá sobre o outro (de 21,9% para 28,4%). A avaliação de que o país sairá gravemente prejudicado permanece, contudo, dominante em relação às demais categorias, representando mais da metade da amostra.

Gráfico 11 - Avaliação sobre como o país sairá após a pandemia



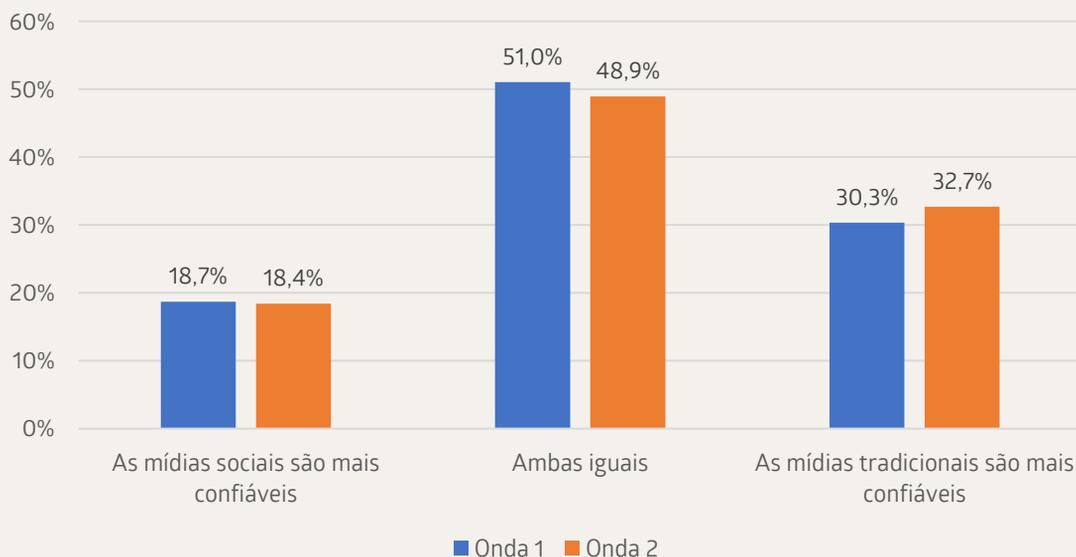
Passando agora para o tema sobre consumo de notícias e mídia, o Gráfico 12 mostra a proporção daqueles que acreditam e daqueles que não acreditam em histórias presentes nas mídias sociais dizendo que a pandemia do Coronavírus é um boato e que todas as medidas de quarentena são reações exageradas e histéricas. Podemos observar por este gráfico que há uma relativa estabilidade nestas proporções entre as duas ondas, apenas registrando uma leve diminuição dos que acreditam nestes boatos na Onda 2 (de 14,6% para 13,5%).

Gráfico 12 - Crença em boatos sobre a pandemia nas mídias sociais



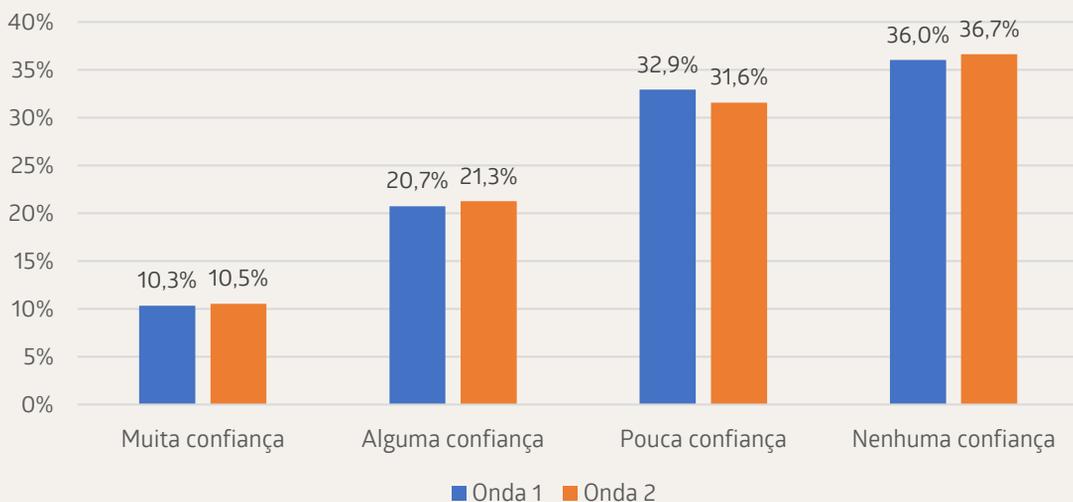
O Gráfico 13, por sua vez, apresenta os resultados sobre a confiança nas mídias tradicionais versus a confiança nas mídias sociais. Também estes dados se mostram bastante estabilizados entre uma onda e outra. De fato, há apenas um leve crescimento na proporção daqueles que acreditam que as mídias tradicionais são mais dignas de confiança e uma consequente queda daqueles que acreditam serem as mídias sociais mais confiáveis. Também observamos aqui uma leve queda daqueles que acreditam serem ambas iguais, de modo que estes dados parecem estar em sintonia com os do gráfico anterior, ambos apontando uma ligeira diminuição no prestígio das informações veiculadas via mídias sociais. Ainda assim, não deixa de ser impressionante que quase 20% acreditam que as mídias sociais são mais confiáveis do que as tradicionais.

Gráfico 13 - Confiança nas mídias sociais vs. nas mídias tradicionais



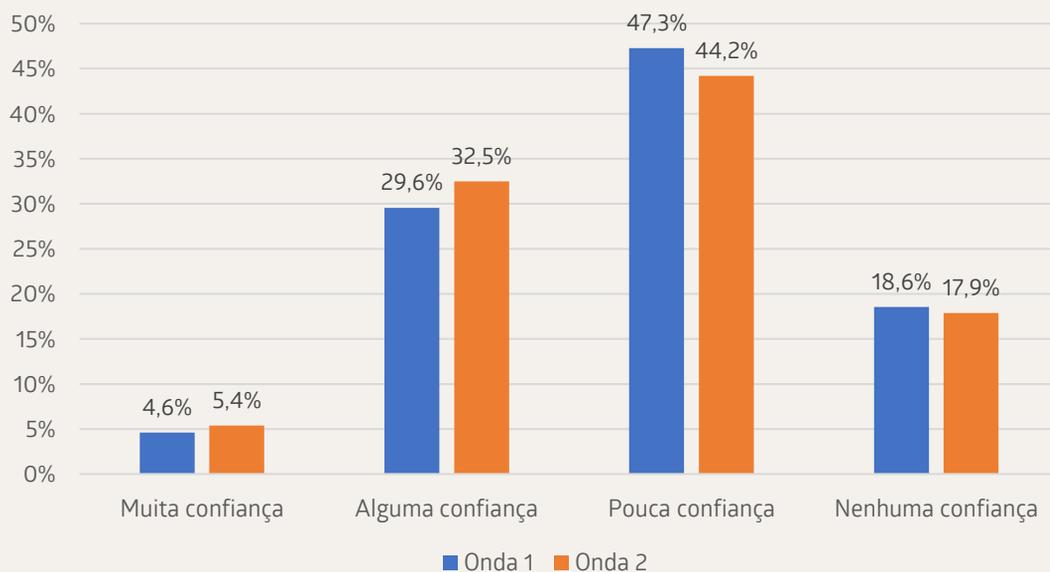
Ainda na temática da confiança, o Gráfico 14 mostra os dados sobre a confiança no governo brasileiro. Como podemos ver, há uma considerável estabilidade dos resultados entre uma onda e outra, com uma leve diminuição da proporção daqueles que confiam pouco no governo e um correspondente aumento nas demais categorias. Todavia, cabe observar, as categorias de alta desconfiança permanecem sendo dominantes, de modo que a soma daqueles que confiam pouco e aqueles que nada confiam no governo chega a quase 70% na Onda 2.

Gráfico 14 - Confiança no governo



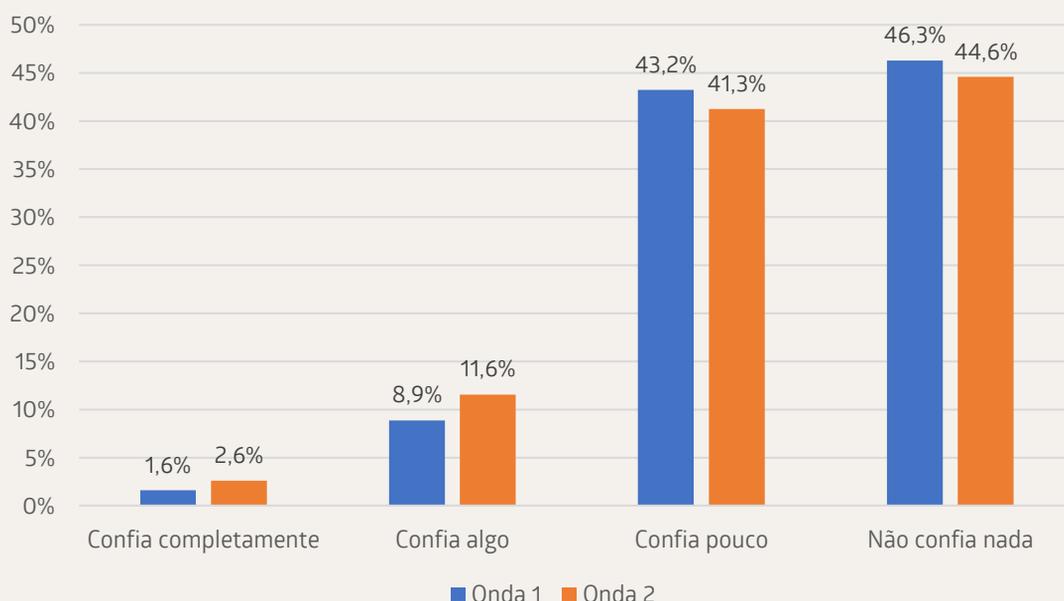
Ao voltarmos o olhar para a confiança nas instituições do nosso país como um todo, observamos no Gráfico 15 que houve um relevante aumento de cerca de 5% nas categorias de maior confiança (muita e alguma confiança) e uma respectiva diminuição nas categorias de maior desconfiança (pouca e nenhuma confiança) entre a primeira e a segunda onda. Apesar de a desconfiança ainda ser maior do que a confiança, trata-se de um aumento de confiança interessante que pode estar relacionado ao maior prestígio que as instituições do setor de saúde têm angariado durante a pandemia.

Gráfico 15 - Confiança nas instituições



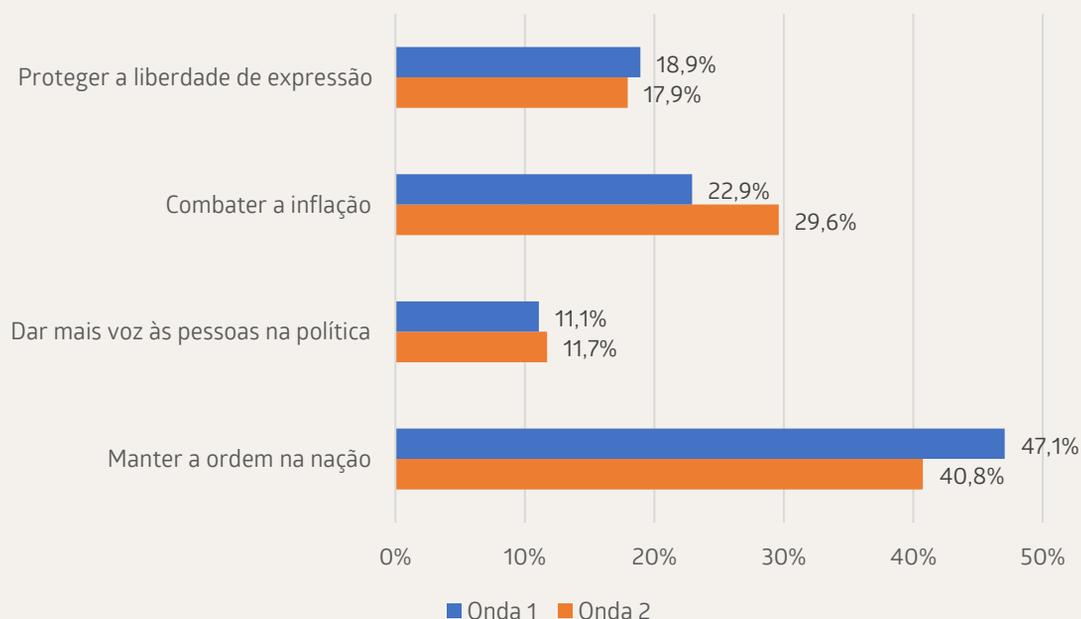
Finalmente, voltamos o olhar agora para a confiança interpessoal, isto é, a confiança entre os cidadãos. O Gráfico 16, em conjunto com os gráficos anteriores, reitera um cenário já amplamente conhecido sobre a confiança institucional e interpessoal no Brasil: a imensa maioria das pessoas não confia nas instituições ou em desconhecidos (Moisés, 2005; Moisés e Carneiro, 2008). Somadas as categorias de maior desconfiança (confia pouco e não confia nada), chega-se a quase 90% da amostra que dizem não confiar em pessoas que encontram pela primeira vez. Contudo, tal como a confiança institucional discutida no gráfico anterior, houve aqui também um leve aumento nas categorias de maior confiança (confia completamente e confia algo) entre uma onda e outra, mostrando que parece haver uma tendência de crescimento da confiança nas pessoas e nas instituições no período.

Gráfico 16 - Confiança em pessoas que encontra pela primeira vez



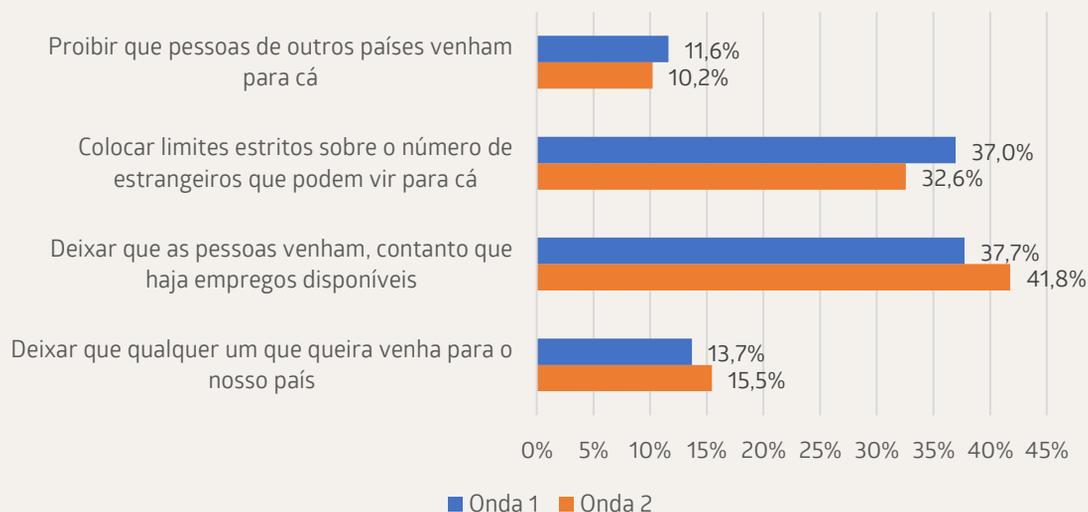
Passando agora para uma avaliação sobre qual deveria ser a prioridade máxima do país nos próximos dez anos, o Gráfico 17 mostra que, embora a alternativa “Manter a ordem na nação” permaneça a mais indicada pelos respondentes, houve uma queda substantiva na proporção daqueles que a apontaram entre as Ondas 1 e 2 (de 47,1% para 40,8%). Por outro lado, a alternativa “Combater a inflação” experimentou um aumento significativo entre as ondas (de 22,9% para 29,6%). É verdade que ela já era a segunda alternativa mais apontada pelos respondentes na primeira onda, mas agora está ainda mais próxima da primeira colocada: uma diferença que antes era de quase 25 pontos percentuais agora é próxima de 10%. Isto sugere que, passado o primeiro momento mais caótico da pandemia, as pessoas estão deslocando as suas preocupações daquelas de natureza disciplinar para as de natureza econômica, o que novamente indica em certo sentido uma retomada da normalidade socioeconômica. Por fim, as alternativas “Proteger a liberdade de expressão” e “Dar mais voz às pessoas na política” sofreram pouca variação entre as ondas e permaneceram sendo a terceira e a quarta mais indicadas, respectivamente.

Gráfico 17 - Avaliação sobre qual deveria ser a prioridade máxima do país nos próximos anos



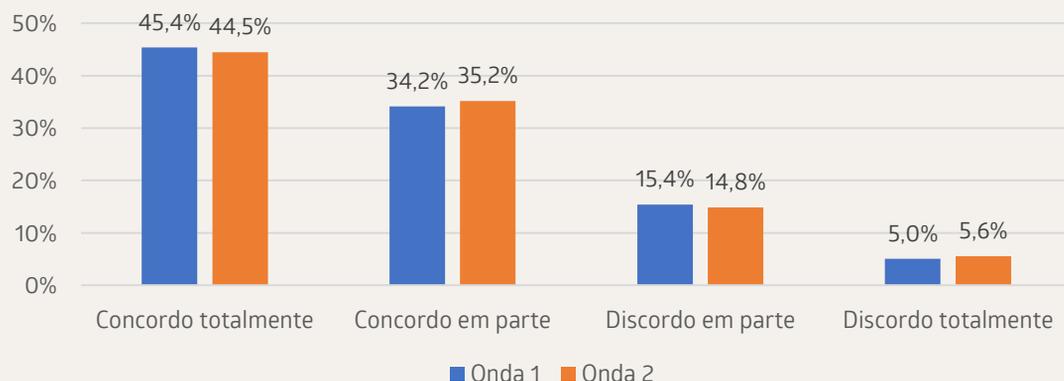
O Gráfico 18, por sua vez, aponta a posição dos respondentes em relação à vinda de imigrantes para o Brasil e quais medidas o governo deveria tomar. Este tende a ser um dado muito interessante para se analisar, pois as relações de fronteira e de mobilidade são especialmente afetadas por ocorrências pandêmicas devido à própria relação entre a movimentação das pessoas e a transmissão do vírus. Como já é sabido, o brasileiro tende a ter, em geral, uma posição relativamente mais aberta neste tópico, até porque o nosso país não tem passado recentemente por crises migratórias agudas tal como as que ocorrem em diversos países da Europa, por exemplo. Os resultados mostram que, inclusive, houve um aumento considerável daqueles que aderem às categorias de maior abertura (cerca de 6% se somadas as alternativas “Deixar que as pessoas venham, contanto que haja empregos disponíveis” e “Deixar que qualquer um que queira venha para o nosso país”). Estes dados sugerem que no começo da pandemia pode ter havido uma certa retração de parte da população em direção a posições migratórias mais rigorosas e fechadas, ao passo que, na medida em que as pessoas foram se acostumando com a pandemia e a vida cotidiana foi sendo retomada, posições migratórias mais flexíveis e abertas foram ganhando adesão.

Gráfico 18 - Posição em relação à vinda de imigrantes para o nosso país



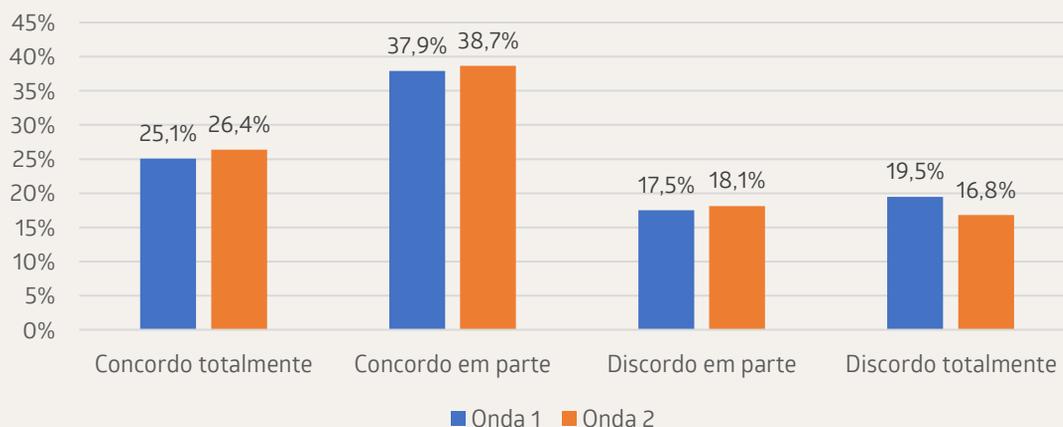
Passando agora para o tema de maior interesse para o nosso projeto, os gráficos seguintes apresentam como tem variado a adesão dos indivíduos à democracia neste período tão conturbado da nossa história. O Gráfico 19 mostra os resultados da chamada adesão formal à democracia, na qual os indivíduos são solicitados a indicar seu grau de concordância com a ideia de que a democracia é a melhor forma de governo. Como podemos observar, quase a metade dos entrevistados poderia ser classificada como democratas formais, na medida em que concordam totalmente com esta ideia. Houve, contudo, uma leve queda na sua proporção entre as Ondas 1 e 2, mas, no geral, as respostas parecem ser bastante estáveis no período analisado.

Gráfico 19 - Concordância com: “Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”



O Gráfico 20, por sua vez, apresenta as respostas a uma questão que se propõe a mensurar a adesão à democracia de uma maneira mais indireta. Neste caso, é solicitado que o respondente indique seu grau de concordância com uma ideia que traz no seu bojo a possibilidade de relativização de instituições e princípios basilares da democracia em situações de crise. Os resultados da segunda onda mostram que apenas 16,8% rejeitam a relativização da democracia discordando totalmente da ideia apresentada. Além do mais, observamos também uma queda no percentual em relação à primeira onda, quando 19,5% dos respondentes discordaram totalmente da relativização. Do outro lado, os que aceitam relativizar a democracia em alguma medida chegam, portanto, a mais de 80% da amostra, sendo que 1 em cada 4 respondentes concorda totalmente com a ideia de que é válido que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições para sanar uma crise. Para piorar, observamos também um aumento nestas proporções dos relativistas entre as Ondas 1 e 2, de modo que, ao que parece, a progressão da pandemia está sendo acompanhada por uma maior inclinação dos indivíduos a aceitar alternativas pouco democráticas para a solução de problemas complexos e para uma suposta imediata melhoria da vida da população.

Gráfico 20 - Concordância com: “Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida da população”

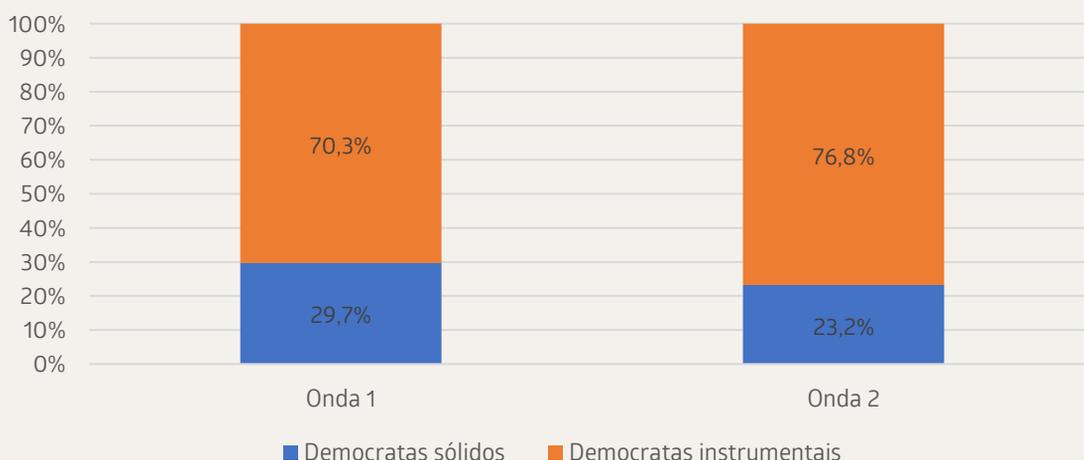


Por fim, o Gráfico 21 se propõe a mostrar a proporção de “democratas sólidos” versus a de “democratas instrumentais”. Para tanto, executamos a seguinte análise estatística: isolamos o grupo de indivíduos que diz concordar totalmente com a proposição apresentada no Gráfico 19, isto é, os chamados “democratas formais”, e verificamos qual a proporção entre eles que discorda totalmente da proposição apresentada no Gráfico 20, isto é, os chamados “democratas sólidos” e qual a

proporção que concorda em alguma medida (discorda em parte, concorda em parte ou concorda totalmente) com tal proposição, isto é, os chamados “democratas instrumentais”.

Com este dado, conseguimos identificar o tipo ideal de democrata, que é aquele que tanto adere formalmente ao regime democrático quanto rejeita totalmente sua relativização, e o chamamos de “democrata sólido”, bem como identificamos aqueles que no nível mais formal dizem preferir o regime democrático em relação aos demais, mas aceitariam em alguma medida relativizá-lo em situações difíceis, e os denominamos de “democratas instrumentais”. Como podemos ver no gráfico, houve uma queda na proporção de democratas formais de uma onda para outra (de 29,7% para 23,2%) com o respectivo crescimento dos democratas instrumentais. Este tende a ser um dado preocupante, pois, significa que mesmo os indivíduos que se dizem democratas estão se tornando mais propensos a aceitar a quebra do regime em determinadas situações. Ao que parece, a evolução e a experiência da pandemia podem estar tornando os cidadãos mais indispostos para com a democracia, fazendo com que aceitem soluções drásticas e imediatistas para o enfrentamento da crise.

Gráfico 21 - Proporção de democratas sólidos vs. democratas instrumentais



Para efeito de comparação, o percentual de democratas instrumentais em nível nacional é mais alto que o encontrado na aplicação do Índice de Democracia Local (IDL) na cidade de São Paulo em 2019, onde 52,8% dos entrevistados que veem a democracia como a melhor forma de governo aceitariam relativizá-la (Instituto Sivis, 2019). O principal problema decorrente de uma alta taxa de democratas instrumentais é que eles podem retirar seu apoio ao regime caso tenham suas expectativas frustradas, sejam elas políticas, econômicas ou de outra ordem. Assim, a existência de poucos democratas sólidos em uma sociedade pode colocar em risco a sustentação da democracia.

Considerações finais

Este relatório teve como objetivo apresentar os principais resultados obtidos pela segunda onda da pesquisa Valores em Crise. Foram coletadas respostas de 1.929 de indivíduos na Onda 2 aplicada em janeiro e fevereiro de 2021, os quais também responderam à primeira onda da pesquisa em maio e junho de 2020, o que corresponde a uma taxa de retenção de cerca de 55% no painel longitudinal. Os resultados apresentados na seção anterior fornecem um importante panorama sobre como os valores e a cultura política dos indivíduos podem estar sendo afetados pela pandemia. Este projeto ainda contará com uma terceira onda, a ser aplicada no segundo semestre de 2021, e que nos dará ainda mais consistência para entender a variação de valores e atitudes em três momentos distintos da crise do Coronavírus.

Vimos que os indivíduos que permaneceram no painel na Onda 2 são desproporcionalmente mais velhos, mais escolarizados e de classes sociais mais altas em comparação com o agregado dos indivíduos da Onda 1 e com a população brasileira como um todo. Esta distorção em si não constitui um problema para as análises longitudinais, mas deve ser guardada como ponto de atenção. Um cuidado extra para a Onda 3 deverá ser, então, obter uma alta taxa de retenção de painelistas, ou pelo menos uma distribuição adequada de respondentes em termos sociodemográficos.

Em síntese, os principais resultados mostram que a proporção de respondentes que testaram positivo para a doença saltou de 1% na primeira onda para 8,4% na segunda, enquanto a proporção daqueles que possuem pessoas próximas que têm ou tiveram sintomas leves de Covid-19 passou de 25,3% para 59,1%, demonstrando o agravamento da crise sanitária no país. Por outro lado, no que se refere às experiências econômicas dos brasileiros, houve uma certa recuperação: o percentual de indivíduos que vai ao trabalho do mesmo modo que antes da pandemia saltou de 19,2% para 30,4%, ao passo que a proporção de pessoas que está cuidando dos seus filhos durante o dia caiu de 32,3% para 27,7%. Ou seja, apesar de a crise sanitária ainda estar níveis elevados, a vida econômica parece que está voltando a um patamar de maior normalidade, o que, na verdade, pode ser um indício negativo para a contenção da pandemia no curto prazo.

Quanto à avaliação dos indivíduos sobre quão bem ou mal o governo brasileiro está enfrentando a crise do Coronavírus, houve um leve crescimento nos extremos da avaliação: o percentual de indivíduos que avalia o governo muito bem passou de 6,4% para 7,8%, enquanto o de indivíduos que o avalia muito mal foi de 35,8% para 38%. Este dado parece reverberar a politização da pandemia e o aumento da polarização no Brasil, levando cidadãos a preferir posições mais extremadas em detrimento daquelas mais nuançadas. A proporção de indivíduos que avalia o governo negativamente, contudo, ainda é predominante.

Passando para a avaliação dos concidadãos, a proporção de respondentes que acredita que a maioria da população brasileira está se comportando de maneira muito inadequada durante a pandemia cresceu substancialmente entre as ondas: de 36% na primeira para 47,7% na segunda. Em sintonia com este dado temos também que, embora em um primeiro momento estivesse prevalecendo a percepção de maior solidariedade entre as pessoas durante a pandemia, houve uma queda considerável

do percentual daqueles que veem mais solidariedade do que hostilidade entre a primeira e a segunda onda: de 48,8% na primeira para 37,5% na segunda.

Como já bem documentado por diversas pesquisas, nosso levantamento revelou que a imensa maioria das pessoas não confia nas instituições ou em desconhecidos. Contudo, houve um leve aumento nas categorias de maior confiança institucional e interpessoal entre uma onda e outra, mostrando que parece haver uma tendência de crescimento da confiança nas pessoas e nas instituições no período.

Sobre as prioridades do país nos próximos dez anos, embora a alternativa “Manter a ordem na nação” permaneça a mais indicada pelos respondentes como prioridade máxima, ela experimentou uma queda substantiva entre as Ondas 1 e 2 (de 47,1% para 40,8%). Por outro lado, a alternativa “Combater a inflação” experimentou um aumento significativo (de 22,9% para 29,6%). Isto sugere que, passado o primeiro momento mais caótico da pandemia, as pessoas estão deslocando as suas preocupações daquelas de natureza disciplinar para as de natureza econômica. Estes dados também são condizentes com a retomada da vida econômica observada anteriormente.

Por fim, em termos de cultura democrática, observamos a ocorrência de uma queda no percentual de indivíduos que rejeitam a relativização da democracia em relação à primeira onda. Simultaneamente, os que aceitam relativizar a democracia em alguma medida chegaram a mais de 80% da amostra, sendo que 1 em cada 4 respondentes concorda totalmente com a ideia de que é válido que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições para sanar uma crise. No mesmo sentido, houve uma queda na proporção de democratas formais de uma onda para outra (de 29,7% para 23,2%) com o respectivo crescimento dos democratas instrumentais. Isto significa que mesmo os indivíduos que se dizem democratas estão se tornando mais propensos a aceitar a quebra do regime em determinadas situações.

Em conclusão, o cenário que a pandemia vem desenhando para a sociedade e a democracia brasileira não parece ser dos mais animadores. Embora, em um primeiro momento, ela possa ter fomentado algumas forças de capital social, parece que o contexto político altamente conturbado no país está minando qualquer oportunidade de se valer desta situação para avançar nossa democracia. A politização da pandemia e o consequente recrudescimento da polarização têm sido fatores geradores de alta instabilidade para o regime democrático brasileiro. Sem falar nos efeitos deletérios das tensões políticas sobre as próprias políticas sanitárias de contenção da pandemia, levando a um reconhecido fracasso do governo e da política pública brasileira no enfrentamento desta crise (Jasanoff et al., 2021). Assim, é evidente que existe uma relação de mão dupla entre o melhoramento da cultura política do país e a superação desta crise, de modo que, caso a população e, especialmente, as elites políticas e econômicas não entendam esta relação, será muito difícil que nossa democracia passe por este momento ileso.

Referências

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, Mudança Cultural e Democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo, Brasil: Editora Francis, 2009.

INSTITUTO SIVIS. **Índice de Democracia Local - São Paulo**. Curitiba: [s.n.].

JASANOFF, S. et al. **Comparative Covid Response: Crisis, Knowledge, Politics**. Boston, USA: [s.n.].

MOISÉS, J. Á. Cidadania, confiança e instituições democráticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 4, n. 65, p. 71–94, 2005.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1–42, 2008.

OECD. **OECD Economic Outlook, Volume 2020 Issue 2**. Paris, France: [s.n.].

SILVA, D. R. DE M.; MONT'ALVERNE, C. Identifying impacts of Covid-19 pandemic on vulnerable populations: a mixed-methods approach. **Survey Research Methods**, v. 14, n. 2, p. 141–145, 2020.

TORMOS, R. **The Rhythm of Modernization: how values change over time**. Boston, USA: Brill, 2020.

WELZEL, C. **Freedom Rising: human empowerment and the quest for emancipation**. New York, USA: Cambridge University Press, 2013.